

# SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2005

## BRASIL

Para cada criança  
Saúde, Educação, Igualdade, Proteção  
FAZENDO A HUMANIDADE AVANÇAR

unicef 



Este material é parte do material de divulgação do relatório 'Situação Mundial da Infância 2005', lançado pelo UNICEF no dia 9 de dezembro de 2004. Aqui você vai encontrar dados sobre a situação da infância no Brasil relativos aos três eixos centrais do relatório mundial:

- A pobreza e suas diferentes dimensões
- Os conflitos armados no âmbito global e a violência no Brasil
- A epidemia do HIV/Aids

### Pobreza

Para aproximar os dados globais sobre o conceito de privação com que é definida a pobreza no relatório mundial (página 19 da publicação), o UNICEF no Brasil apresenta indicadores sobre cinco aspectos que compõem o conceito multidimensional de pobreza, analisado na 'Situação Mundial da Infância 2005': a pobreza de renda; a mortalidade infantil; a falta de acesso à água potável; a falta de serviços de saneamento básico; a falta de acesso à educação e a má qualidade do ensino<sup>1</sup>.

Essas cinco dimensões, que se sobrepõem, ajudam a entender a pobreza como uma ameaça à infância, muito além da simples análise da renda familiar.

No que diz respeito à pobreza de renda, 27,4 milhões de crianças vivem em famílias com meio salário mínimo ou menos por pessoa.

No caso da mortalidade infantil, por exemplo, o País ainda tem um nível mais alto de mortalidade que países vizinhos da América do Sul (veja análise sobre mortalidade infantil neste caderno).

A pobreza aumenta o risco da falta de acesso das famílias a serviços básicos, como os de saneamento e água potável - dados do IBGE mostram que quase 35% da população mais pobre não têm acesso à água potável, enquanto essa situação se aplica a 0,5% da população mais rica.

---

<sup>1</sup> IMPORTANTE: A cada ano, o escritório central do UNICEF em Nova Iorque coleta dados relevantes sobre a situação das crianças e adolescentes de vários países do mundo, com o intuito de comparar a situação desses países. Por causa das diferentes metodologias e do nível de qualidade dos dados nos países, o UNICEF aplica modelos de ajustes dos dados nacionais para fazê-los comparáveis entre si.

Por isso, pode haver dados ajustados publicados em Situação Mundial da Infância 2005 que não coincidem com os dados publicados pelas autoridades nacionais dos vários países, incluindo os do Brasil.

O UNICEF chama a atenção para o fato de que cabe às políticas públicas garantir os direitos das crianças e adolescentes à vida e à saúde, ao reduzir o impacto da renda da família no seu bem-estar e prover serviços básicos de maneira mais equitativa.

Outro fator determinante para o rompimento do ciclo de pobreza é a garantia do direito das crianças à educação de qualidade. Estudos e pesquisas em diferentes países do mundo e no Brasil mostram a educação como fator fundamental para o desenvolvimento das crianças, a melhoria de suas condições de vida, de saúde, de participação na vida comunitária e de oportunidades de trabalho, quando na vida adulta.

Apesar da quase universalização do acesso ao Ensino Fundamental, o Brasil ainda tem desafios importantes nessa área. Ainda 740 mil crianças de 7 a 14 anos estão fora das salas de aula e 780 mil crianças que alcançam a 4ª série do Ensino Fundamental não sabem ler e escrever. Dados do Ministério da Educação/INEP mostram que em 2002, 2,8 milhões de alunos do Ensino Fundamental abandonaram a escola antes de terminar o ano letivo. Obviamente, a falta de acesso, de sucesso e de permanência das crianças na escola representam um grave risco para a capacidade de desenvolvimento do Brasil no presente e no futuro.

Vale notar que o Brasil aparece no documento mundial do UNICEF como uma referência na promoção da educação e do rompimento do ciclo de pobreza, com a iniciativa do bolsa-escola (ver página 31 a 34 do relatório mundial), que inspira programas em outros países, como o Oportunidades, no México.

### Conflitos armados / violência

O segundo eixo do relatório mundial do UNICEF são os conflitos armados. No Brasil, procuramos tratar desse tema a partir do desafio da violência urbana, que vitima 14 mil adolescentes de 12 a 19 anos por ano no País.

O Brasil não vive um estado de conflito armado, segundo a definição das Nações Unidas. Mas o País precisa encontrar formas de enfrentar o crescente número de mortes violentas entre os adolescentes. O rompimento do ciclo da impunidade para quem rouba a vida desses jovens, a oferta de serviços urbanos que incluam educação formal, atividades complementares à escola, e possibilidades de diálogos que ajudem os adolescentes a escolher e construir seus projetos de vida são ações urgentes.

Como faz o UNICEF no relatório 'Situação Mundial da Infância 2005' (ver página 42 do documento), o UNICEF no Brasil destaca o crescimento acelerado de mortes violentas entre as meninas adolescentes e jovens mulheres.

### HIV/Aids

As meninas são ainda o rosto principal do terceiro eixo do relatório, 'Infância ameaçada', a epidemia do HIV/Aids.

Para traçar o paralelo do Brasil com os outros países, o UNICEF optou por jogar luz sobre os dois grandes desafios do HIV/Aids e da infância no Brasil, a transmissão vertical e o crescimento da epidemia entre meninas adolescentes.

No caso da transmissão vertical, o UNICEF chama a atenção para o fato de que no Brasil quase metade das 17,4 mil infecções entre crianças e adolescentes é causada por transmissão vertical (apesar dos importantes avanços no enfretamento da infecção na gestação e no parto no País). No caso dos adolescentes, há um crescimento assustador da infecção entre as meninas. Em 2003, segundo dados do Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/Aids, a taxa de incidência por 100 mil habitantes foi de 1,6 para adolescentes meninos (com idades entre 13 a 19 anos), quando para as adolescentes meninas era de 2,1 no mesmo ano, na mesma faixa etária.

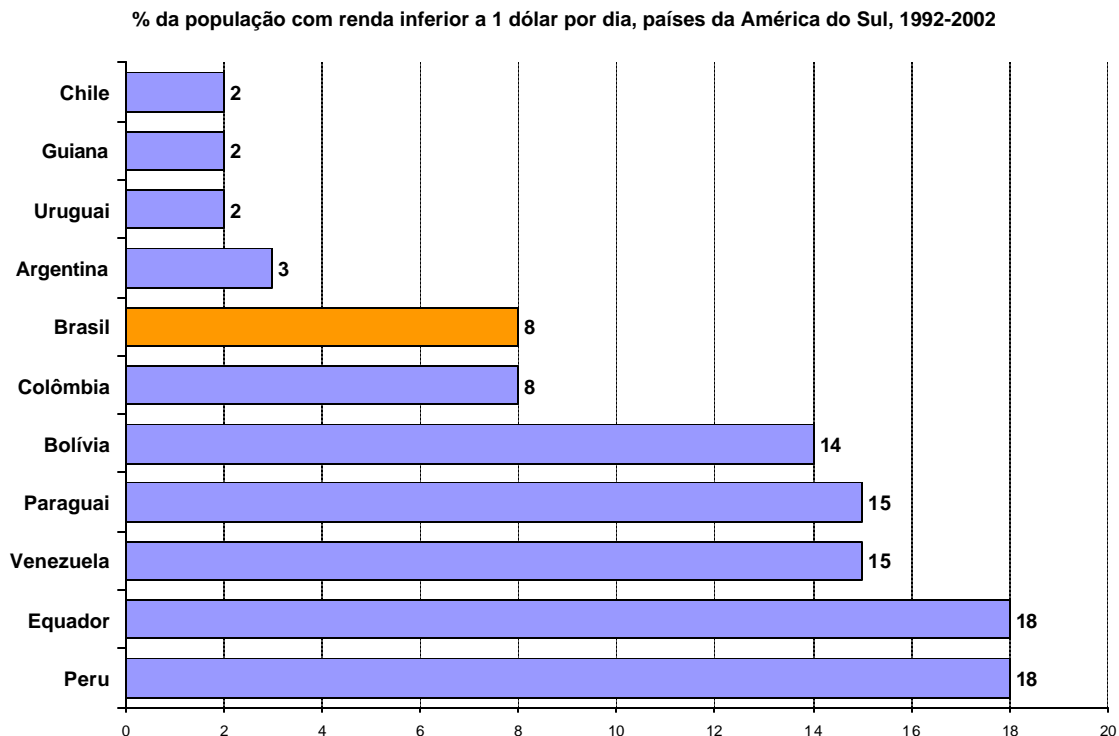
## POBREZA DE RENDA

Um dos indicadores mais usados internacionalmente para medir a pobreza de renda é o percentual da população vivendo com menos de um dólar por dia. O relatório 'Situação Mundial da Infância 2005' divulga os valores médios ajustados para um período de 10 anos (1992 a 2002), quando a taxa brasileira de população com menos de um dólar por dia era de 8%.

Entre os países da América do Sul, a população do Brasil é apontada como mais pobre que a de Chile, Guiana, Uruguai e Argentina, e empata com a Colômbia. Países com maior percentual de população pobre, segundo os critérios internacionais, seriam Bolívia, Paraguai, Venezuela, Equador e Peru (Gráfico 1).

Ainda segundo o relatório 'Infância Ameaçada', a África do Sul tem 7% da população vivendo com menos de um dólar por dia, o México 10% e a Índia chega a 35%.

Gráfico 1

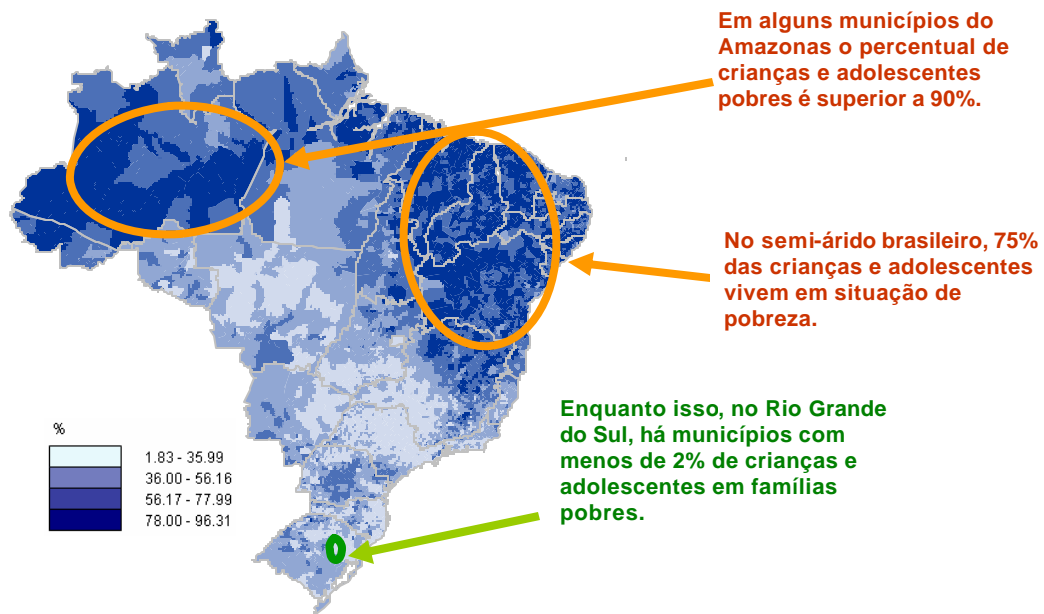


A pobreza no Brasil está claramente concentrada na infância e na adolescência. O último censo demográfico do IBGE apontou 33,5% da população total em famílias com renda *per capita* de até meio salário

mínimo. Quando se trata de meninas e meninos, esse percentual sobe para 45%, o que representa 27,4 milhões de crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza.

Importante assinalar que a pobreza na infância e adolescência está mais concentrada em áreas e grupos específicos. O mapa abaixo mostra que os 27,4 milhões de crianças e adolescentes pobres estão mais concentrados em municípios das regiões Norte e Nordeste. Na região Norte, 60% das meninas e meninos vivem em famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa. Na Região Nordeste, esse percentual ultrapassa 68%, com municípios chegando a mais de 96% de crianças e adolescentes nessa situação.

*Percentual de crianças e adolescentes pobres\*, 2000*



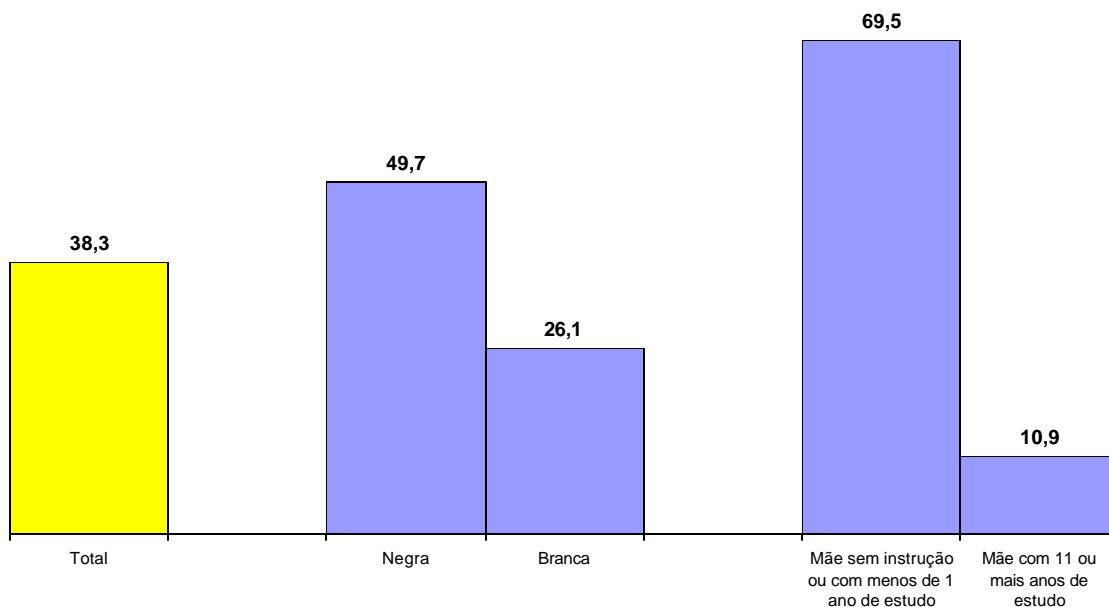
\* Pobres: vivendo em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.  
Fonte: IBGE – Amostra do Censo Demográfico 2000.

Os dados de pobreza apontados pela PNAD 2003, que ainda que não levam em conta a área rural da Região Norte, apontam as grandes disparidades entre as crianças com relação à pobreza, associadas à escolaridade da mãe e à raça/cor. Uma criança filha de mãe sem instrução ou com menos de um ano de estudo tem seis vezes mais risco de ser pobre que crianças filhas de mães com 11 ou mais anos de estudo. Isso significa que quase 70% das crianças com mães com baixa escolaridade eram pobres.

A disparidade da pobreza com relação à raça/cor também é grande. As crianças brasileiras negras são muito mais vulneráveis. Em 2003, metade delas vivia em famílias pobres (com até meio salário mínimo *per capita*), enquanto que entre as crianças brancas, esse percentual era de 26,1%<sup>2</sup>.

**Gráfico 2**

**% crianças e adolescentes pobres (em domicílios com renda mensal familiar *per capita* de até meio salário mínimo), Brasil, 2003**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): microdados.  
Notas: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

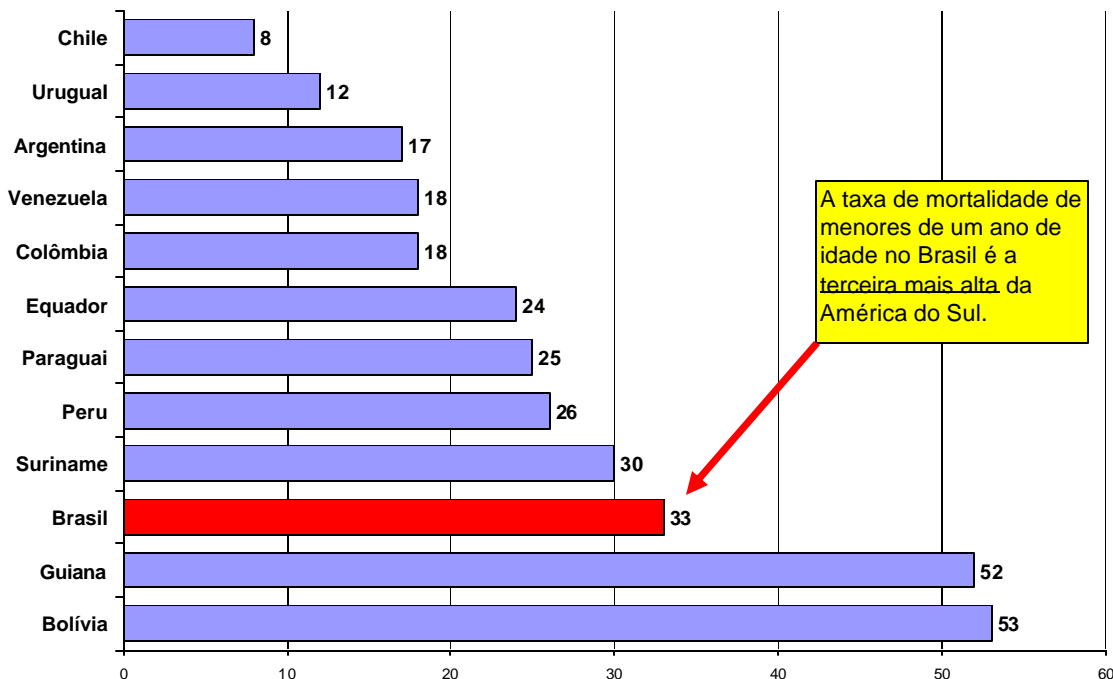
<sup>2</sup> Os percentuais de pobreza do Censo e das PNADs apresentam certas diferenças. As PNADs não incluem as áreas rurais da região Norte.

## UMA DIMENSÃO DA POBREZA, A MORTALIDADE INFANTIL

O relatório 'Situação Mundial da Infância 2005' mostra que o Brasil ainda está defasado no que diz respeito à sobrevivência das crianças no primeiro ano de vida. A taxa de mortalidade infantil no País é a terceira mais alta da América do Sul. Em países vizinhos com menor renda per capita, como Colômbia e Venezuela, 18 em cada mil crianças morrem antes de completar um ano de vida. Enquanto isso, no Brasil, o índice é de 33 por mil nascidos vivos. Os dados são referentes ao ano de 2003 e foram ajustados pelo escritório central do UNICEF para permitir comparabilidade (*sobre isso, ver nota introdutória deste caderno*).

Gráfico 1

Taxa de mortalidade infantil, países da América do Sul, 2003



O índice nacional mais recente, calculado pelo IBGE, é de 27,5 mortes por mil nascidos vivos. Isso significa que a cada ano cerca de 100 mil crianças morrem antes de completar um ano de vida. Apesar das reduções significativas na taxa de mortalidade infantil dos últimos 20 anos (em 1980, quase 290 mil crianças morriam por ano antes de completar o primeiro aniversário), como se vê no quadro acima, esse é um número ainda muito alto para um país como o Brasil.

Algumas crianças estão ainda mais vulneráveis à mortalidade infantil. Crianças que nascem em famílias de baixa renda têm duas vezes menos

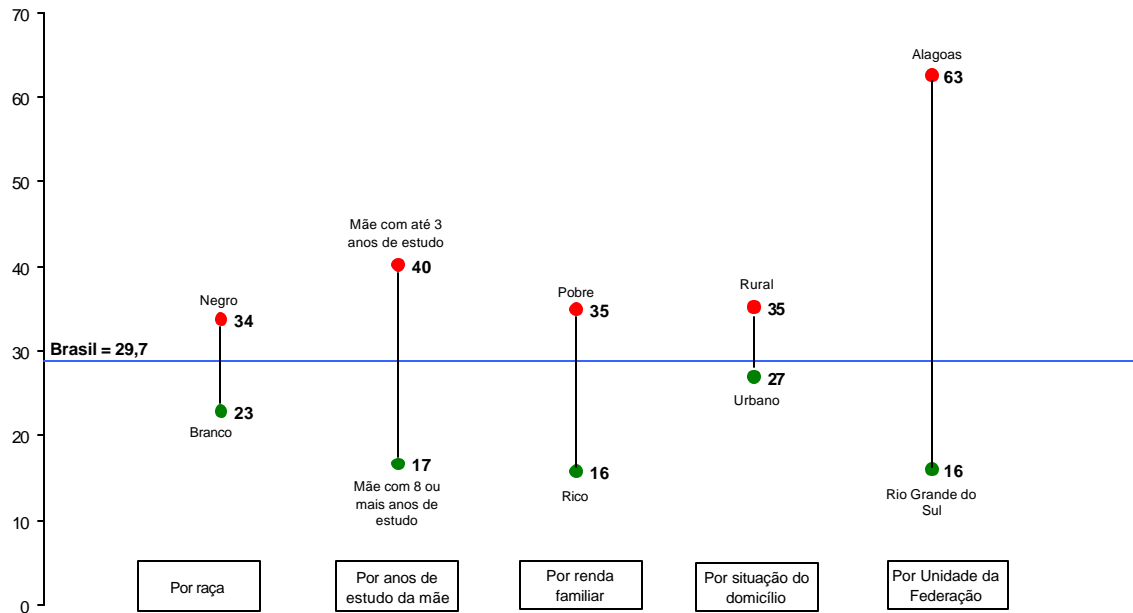


chances de sobreviver até o primeiro ano de vida do que as crianças com maior renda.

A escolaridade da mãe também é importante para garantir a sobrevivência do bebê. Crianças com mães com até três anos de estudo têm quase o dobro de risco de morrer antes do primeiro aniversário do que crianças de mães com oito ou mais anos de estudo.

**Gráfico 2**

**Taxa de mortalidade infantil, Brasil, 2000**



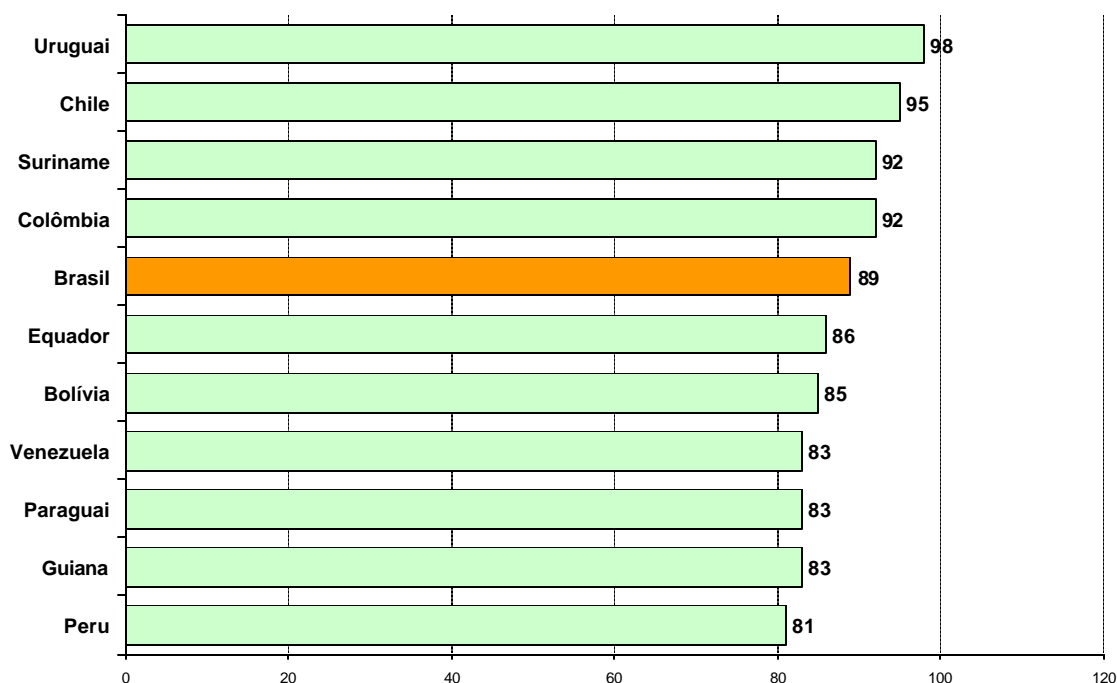
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## OUTRA DIMENSÃO DA POBREZA, A FALTA DE ACESSO À ÁGUA POTÁVEL

Os dados divulgados no relatório 'Situação Mundial da Infância 2005', ajustados para permitir a comparação entre países (ver *nota na apresentação deste caderno*), apontam o Brasil com taxa de acesso à água potável (89%) menor que a de alguns países com México (91%), Colômbia (92%), Chile (95%), Guatemala (95%) e Uruguai (98%). A taxa brasileira é mais elevada que a de países como Índia (86%) e África do Sul (87%) e, na América Latina, maior que de países como Peru (81%), Paraguai (83%) e Bolívia (85%).

Gráfico 1

% população com acesso à água potável, Países da América do Sul, 2002



Apesar de o Brasil ter o privilégio de possuir abundantes recursos hídricos naturais, água em condições adequadas de uso não é um privilégio de todos. Dados de 2002, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE, mostram que 12,8% da população não tinham acesso à água potável (definida aqui como abastecimento de água por canalização interna ao domicílio). Isso significa um universo de 22,6 milhões de pessoas nessas condições.

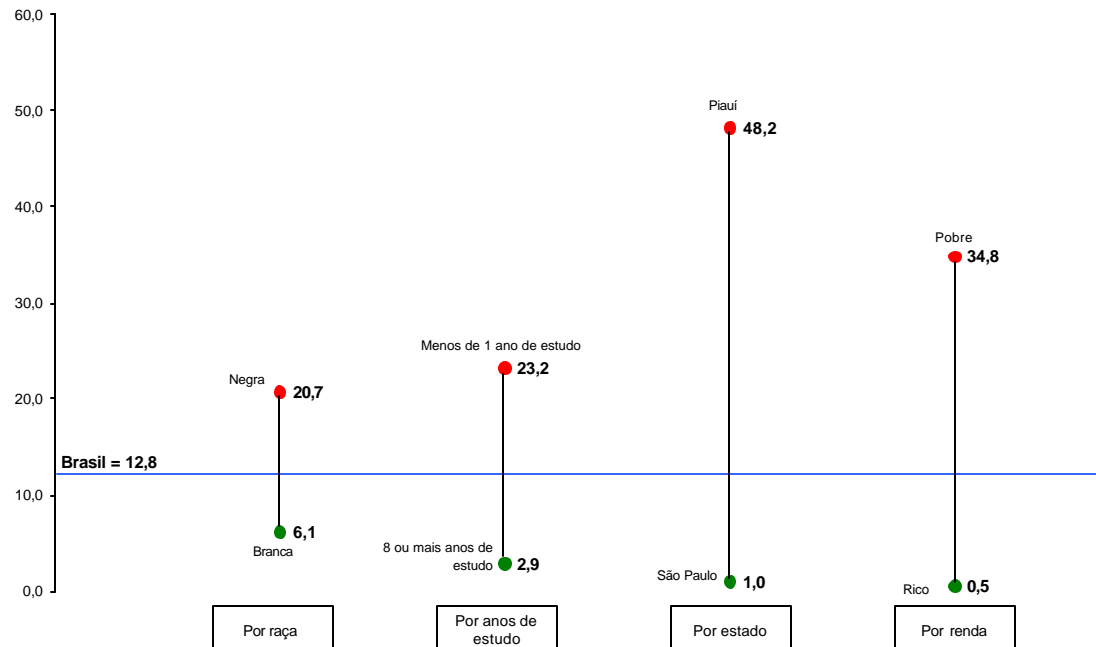
Quando analisadas as informações de 2002 desagregadas (Gráfico 2), observa-se uma correlação entre a falta de acesso à água e o estado de residência, a renda, a escolaridade e a raça/etnia das pessoas. A maior iniquidade ocorre entre pessoas que moram em diferentes estados: a

população do Piauí tem 48,2 vezes mais risco de não ter acesso à água potável que a população de São Paulo. A falta de acesso à água potável atinge 48% da população daquele estado. Entre pessoas de diferentes raças/etnias, a iniquidade, ainda que menor, também existe e deve ser considerada, visto que negros e indígenas têm mais de três vezes mais possibilidade de não ter acesso à água potável, se comparados com as pessoas de cor branca. Os percentuais de negros e indígenas sem acesso à água são de 20,7% e 20,4%, respectivamente.

A iniquidade entre pobres e ricos é, segundo o gráfico abaixo, a segunda maior. Quase 35% da população mais pobre não têm acesso à água potável, enquanto essa situação se aplica a 0,5% da população mais rica. Entre população de menos de um ano de estudo, o índice é de 23,2%.

**Gráfico 2**

**Percentual da população sem acesso a água potável, 2002**

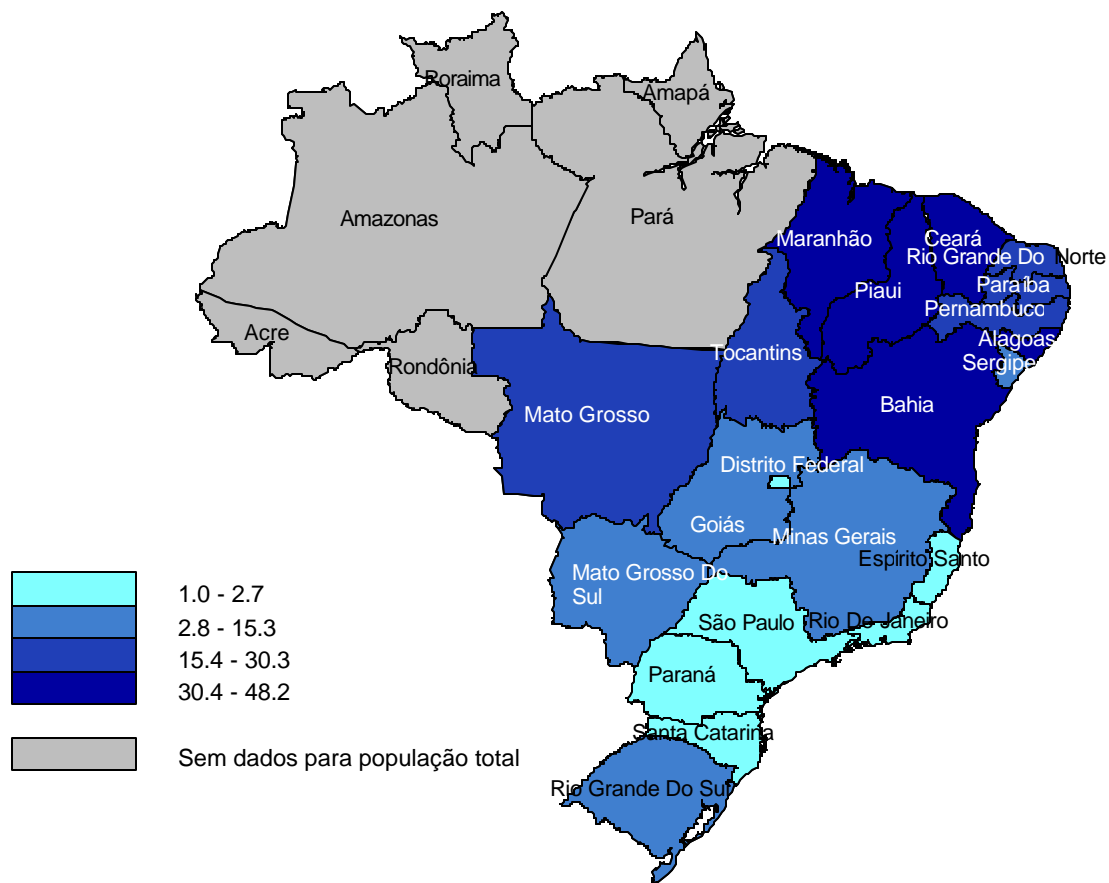


Fonte: IBGE - PNAD 2002.

Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Importantes disparidades podem ser observadas em termos geográficos. A população que vive em estados da região Nordeste apresenta uma situação pior que os estados da região Sul e Sudeste, segundo a PNAD de 2002.

## População sem acesso à água potável, por estado, Brasil, 2002



Fonte: IBGE – PNAD 2002.

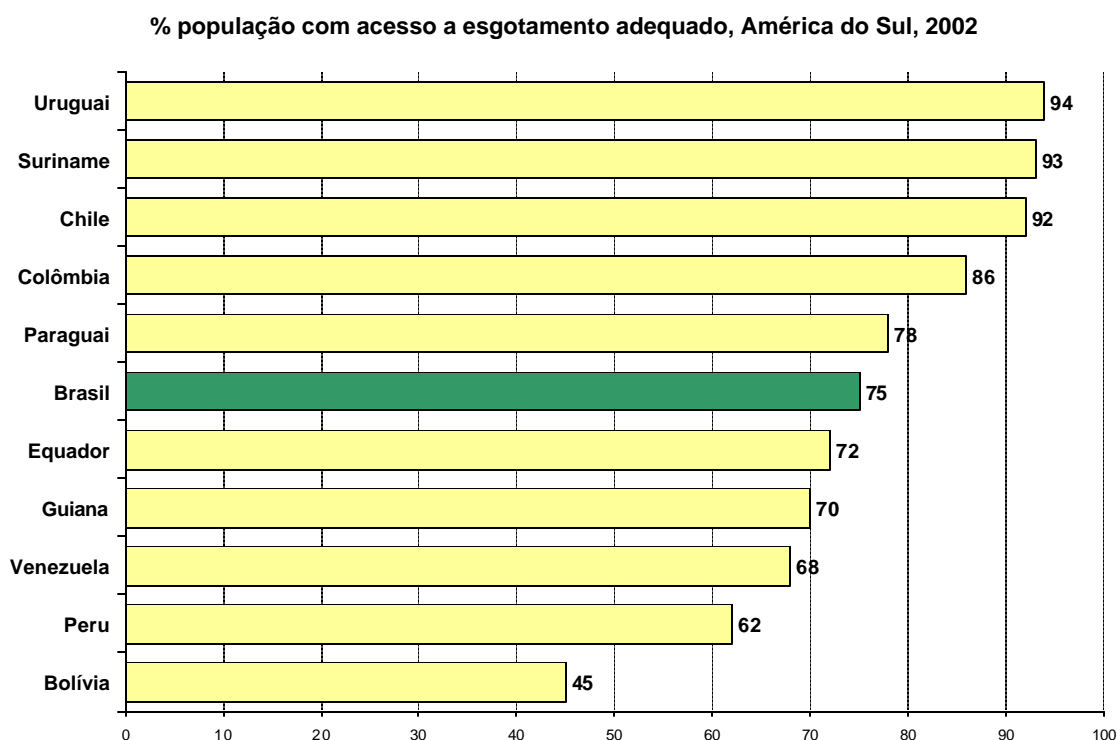
Nota: A PNAD não inclui a área rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

## UMA TERCEIRA DIMENSÃO DA POBREZA, A FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO

Segundo os dados ajustados de acesso a esgotamento sanitário adequado, divulgados pelo relatório 'Situação Mundial da Infância 2005' para comparação entre países (*ver nota na abertura deste caderno*), o Brasil tem 75% da população com acesso a esgotamento sanitário adequado.

Novamente comparando-se com países da América Latina e Caribe, o Brasil apresenta uma taxa mediana. Considerando, porém, a renda nacional, a situação do Brasil deveria ser mais favorável. Exemplos de países com taxas mais elevadas seriam: Cuba (98%), Uruguai (94%), Paraguai (78%), Chile (92%) e Colômbia (86%). Países com menor percentual de acesso a esgotamento sanitário adequado são, por exemplo: Bolívia (45%), Equador (72%) e Peru (62%). Assim como ocorre com acesso à água, o percentual de acesso a esgotamento adequado no Brasil aparece como mais baixo que o do México (77%) e mais alto que o da Índia (30%) e da África do Sul (67%).

Gráfico 1



O acesso a esgotamento sanitário é ainda mais restrito que o acesso à água potável. Com base nos dados da PNAD de 2002, estima-se que mais de 60,6 milhões de brasileiros não tenham acesso a esgotamento sanitário adequado (aqui definido como rede geral ou fossa séptica).

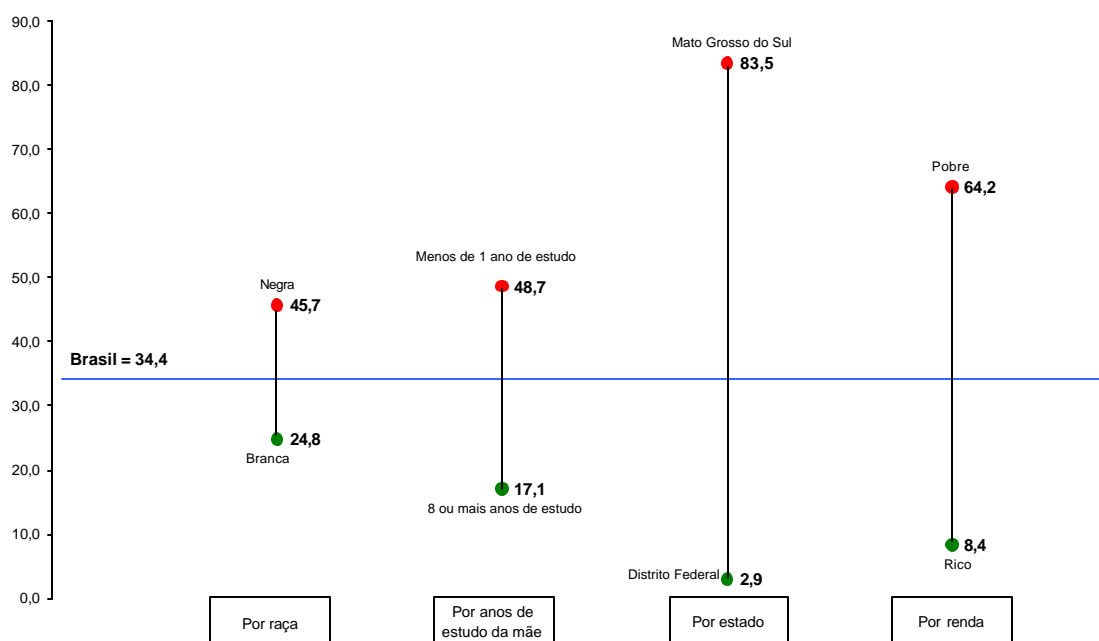


Os dados desagregados novamente indicam iniquidade significativa, com destaque para a relação entre diferentes níveis de renda e diferentes estados de residência. 64,2% da população mais pobre não têm acesso a esgotamento sanitário adequado. 83,5% da população do Mato Grosso do Sul (ou seja, 1,8 milhão de pessoas) vivem essa situação.

A escolaridade da população também impacta sua oportunidade de acesso a esgotamento adequado. Pessoas de menos de um ano de estudo têm quase três vezes mais risco de não terem acesso a esgotamento por meios adequados (rede geral ou fossa séptica) que as pessoas com oito ou mais anos de estudo, com falta de acesso atingindo quase 49% daquela população.

**Gráfico 2**

**Percentual da população sem acesso a esgotamento sanitário adequado, 2002**



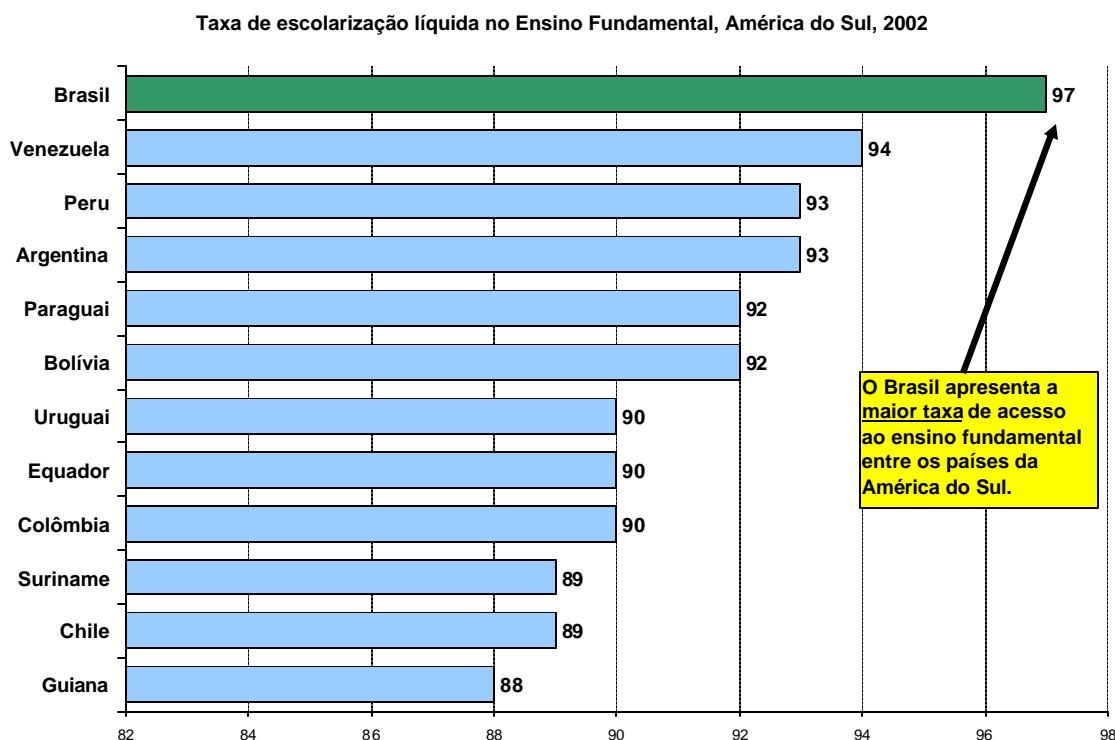
Fonte: IBGE - PNAD 2002.

Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

## O DESAFIO DO ROMPIMENTO DO CICLO DA POBREZA, ACESSO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Com relação ao percentual de crianças de 7 a 14 anos que freqüentam o Ensino Fundamental, os dados apresentados no relatório colocam o Brasil em uma situação positiva em relação a outros países da América do Sul. Conforme o Gráfico 1, o indicador de acesso à escola no Brasil (97%) é maior que a de países vizinhos, como Argentina (93%), Peru (93%), Paraguai (92%), Uruguai (90%) e Chile (89%). Ainda na América Latina, o México é o país mais próximo da universalização do Ensino Fundamental, apresentando uma taxa de escolarização líquida de 99% nesse nível de ensino.

Gráfico 1



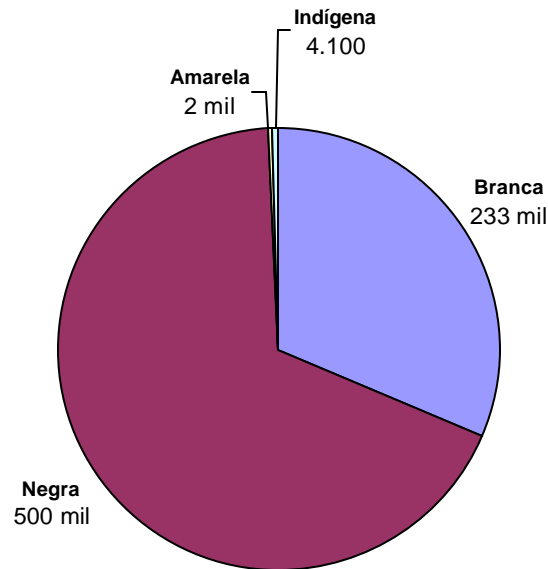
A educação é direito de todas as crianças, independentemente de sexo, raça/etnia, local de moradia, deficiência ou renda. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD<sup>3</sup>, do IBGE, mostram que o percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola em 2003 era de 2,8%. Estima-se que pelo menos 740 mil crianças brasileiras nessa faixa etária ainda estejam fora da escola, sendo a maioria crianças negras (cerca de 500 mil), seguidas pelas crianças brancas (cerca de 233 mil), conforme indicado no Gráfico 2. Os números podem estar subestimados, considerando que a

<sup>3</sup> A amostra da PNAD não inclui a área rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

PNAD não inclui a área rural da região Norte do País. Em 2000, o Censo Demográfico (que inclui todo o País) apontou quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos fora da escola (5,5%).

**Gráfico 2**

**A maioria das crianças fora da escola é negra**



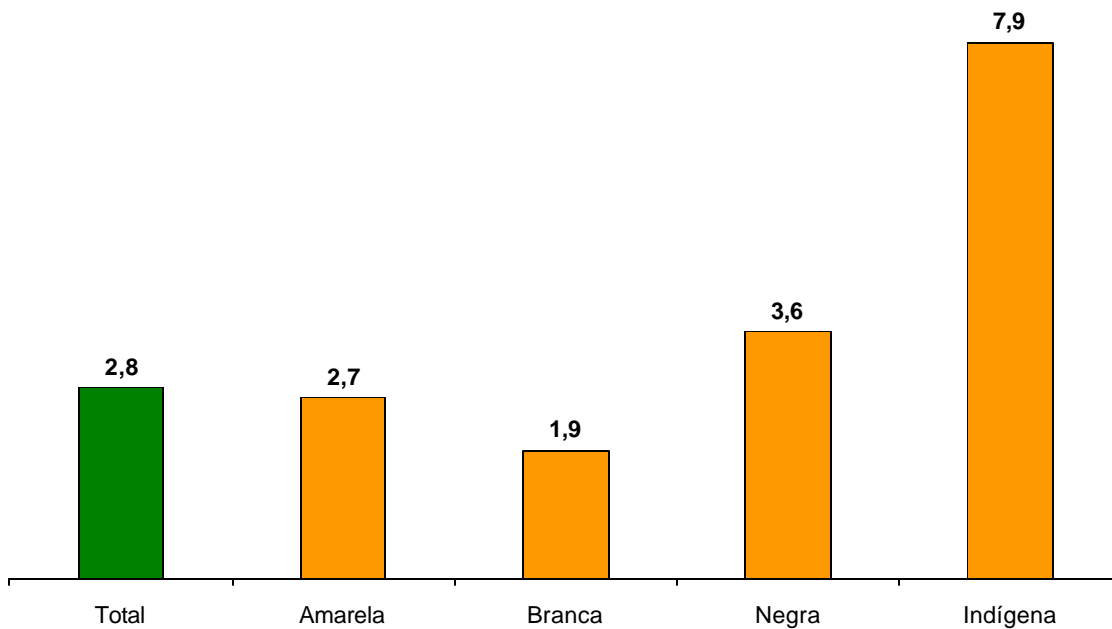
Fonte: IBGE - PNAD 2003.

Mesmo que o percentual de crianças fora do Ensino Fundamental pareça pequeno, o dado precisa ser analisado dentro de diferentes grupos de crianças, segundo raça/etnia, renda, escolaridade da mãe e sexo. A partir dos dados de 2003 assim desagregados, observa-se que o percentual, que era 2,8% em média, era de 3,6% entre os negros, 4,4% entre os mais pobres e 6,1% entre as crianças e adolescentes cuja mãe tem menos de um ano de estudo.

As crianças e adolescentes indígenas apresentam a situação de maior violação do direito de acesso ao Ensino Fundamental. Os 7,9% fora da escola, mostrados no Gráfico 3, representam 4 mil crianças e adolescentes indígenas nessa situação, sem contar aqueles que moram em áreas rurais da Região Norte, que não são pesquisados pela PNAD.

### Gráfico 3

Percentual de crianças de 7 a 14 anos de idade que não freqüentam a escola, por raça/cor, 2003

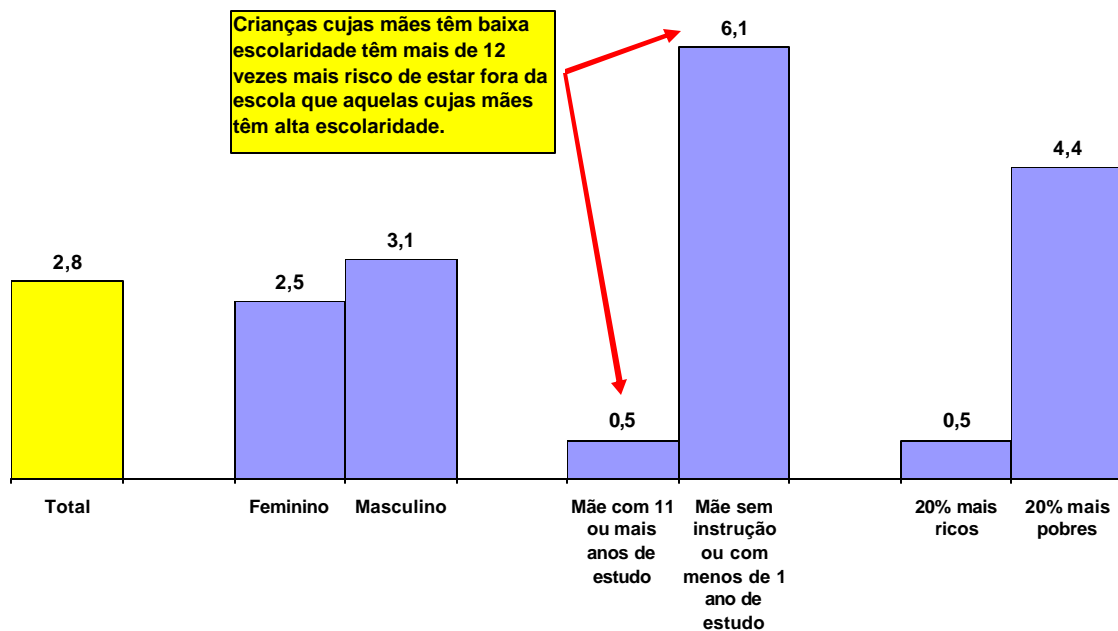


Fonte dos dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): microdados.  
Nota: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Vale notar a iniquidade entre os diferentes grupos de crianças e adolescentes definidos pela escolaridade da mãe. Isso mostra o grande potencial da educação no rompimento do ciclo de pobreza e violação de direitos. Crianças e adolescentes filhos de mães sem instrução ou com menos de um ano de estudo têm mais de doze vezes mais risco de estar fora da escola que aqueles com mães com 11 ou mais anos de estudo (ver Gráfico 4).

**Gráfico 4**

Percentual de crianças de 7 a 14 anos de idade que não freqüentam a escola, 2003



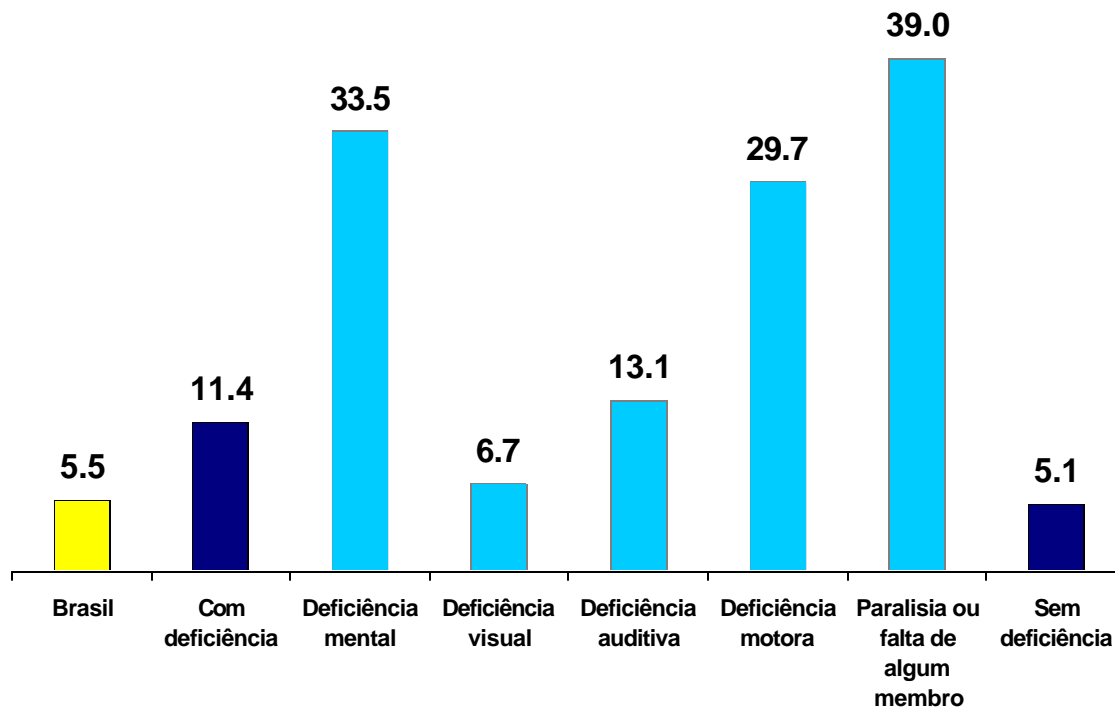
Fonte dos dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): microdados.  
Nota: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Outro fator de exclusão da escola é a deficiência. Dados do Censo Demográfico de 2000 (Gráfico 5) mostraram que o percentual de crianças de 7 a 14 anos sem acesso a escola, que era de 5,5% em todo o Brasil, sobe para 11,4% se consideradas somente as crianças com deficiência e para assustadores 39% para crianças com paralisia ou falta de algum membro. Pelo menos 179 mil crianças brasileiras com alguma deficiência estão privadas de seu direito ao Ensino Fundamental.



Gráfico 5

Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, por deficiência, 2000



Fonte: IBGE, Amostra do Censo Demográfico 2000.

Além da questão da iniquidade, o Brasil tem outro desafio, relacionado à **qualidade da educação**. O Gráfico 6 mostra a evolução histórica do percentual de crianças de 4ª série do Ensino Fundamental, em competências em Língua Portuguesa. O desempenho das crianças é classificado como *muito crítico*, segundo os resultados do SAEB<sup>4</sup>. Alunos no estágio *muito crítico* “não desenvolveram habilidades de leitura mínimas condizentes com quatro anos de escolarização, não foram alfabetizados adequadamente e não conseguem responder os itens da prova”.

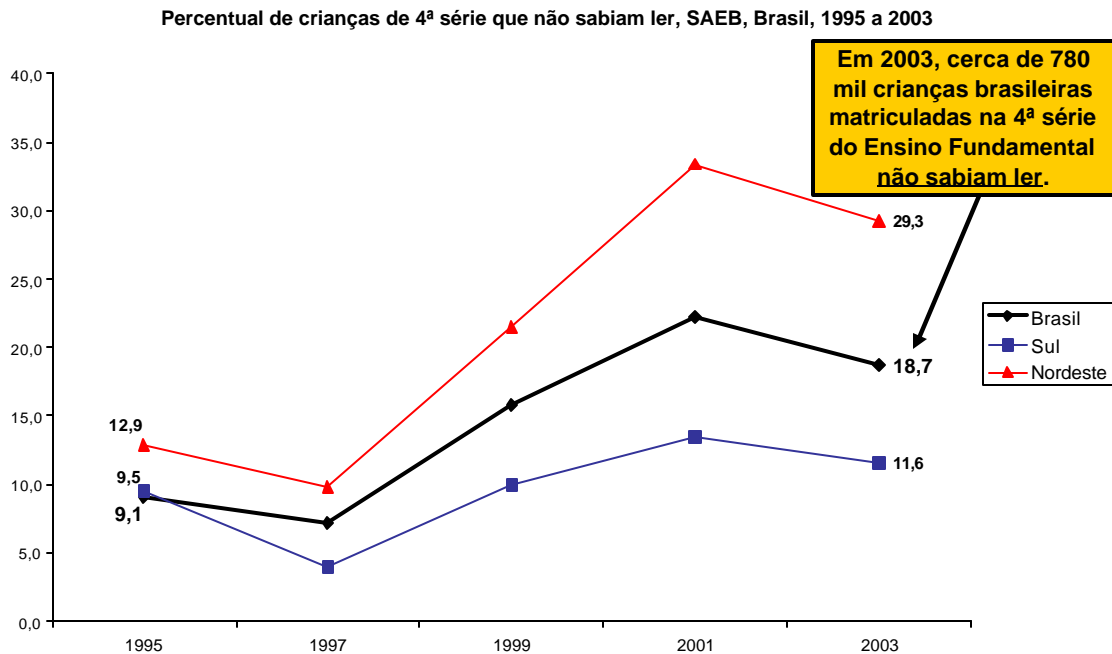
Ainda que, em 2003, tenha havido uma leve reversão na preocupante tendência de crescimento do percentual de crianças analfabetas na 4ª série, estima-se que mais de 780 mil crianças matriculadas na 4ª série do Ensino Fundamental sejam analfabetas.

Dados desagregados por região geográfica (Gráfico 6) mostram as regiões em situações melhor e pior. A região Nordeste apresenta a situação mais

<sup>4</sup> Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, avaliação bianual sobre o sistema de ensino público e privado no Brasil, coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

preocupante, com quase 30% de seus alunos de 4ª série sem as habilidades mínimas de leitura, ou seja, analfabetos. A melhor situação está nas regiões mais ricas, Sul e Sudeste - 11,6% das crianças de 4ª série dos estados do Sul não sabiam ler.

Gráfico 6



Fonte: Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

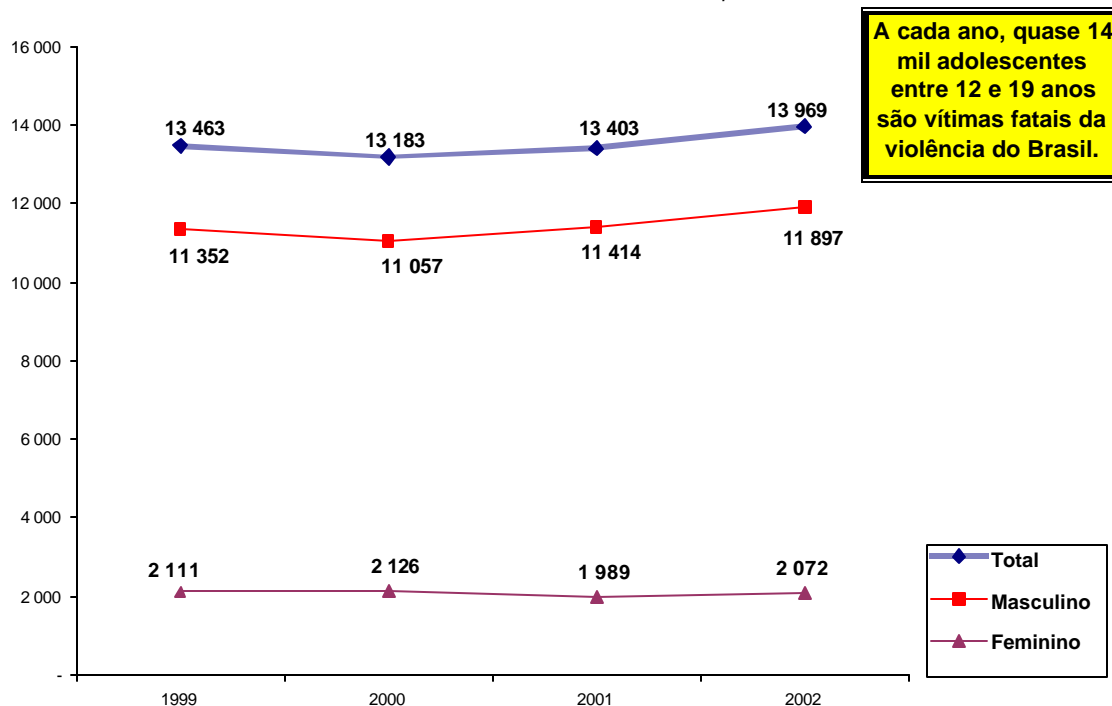
A qualidade do ensino – ou a falta dela – reflete-se ainda nas taxas de abandono. Dados do MEC/INEP mostram que, em 2002, cerca de 2,8 milhões de alunos do Ensino Fundamental abandonaram a escola antes de terminar o ano letivo. Isso representou uma taxa de abandono de 8,7% nesse nível de ensino. Por região geográfica, a taxa mais alta é observada na Região Nordeste (13,8%) e a mais baixa na Região Sul (3,5%).

## MORTES VIOLENTAS DE ADOLESCENTES E JOVENS

No Brasil, as mortes violentas (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito) vitimaram 14 mil adolescentes de 12 a 19 anos em 2002 (conforme Gráfico 1). Isso representa uma taxa de mortalidade de 49 mortes violentas a cada 100 mil mortes. As maiores vítimas são os adolescentes do sexo masculino: desses 14 mil adolescentes vítimas fatais da violência no Brasil, quase 12 mil são meninos entre 12 e 19 anos.

Gráfico 1

Mortes violentas em adolescentes de 12 a 19 anos, por sexo, Brasil

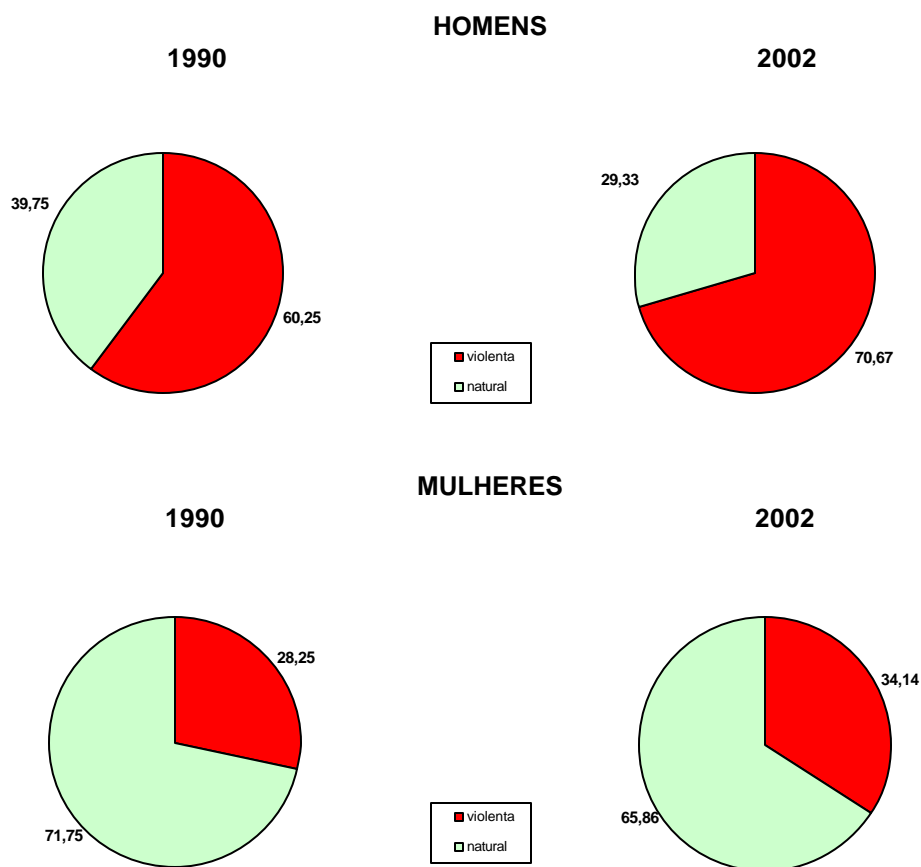


Fonte: IBGE – Estatísticas do Registro Civil 2002.

A proporção de mortes violentas no total de óbitos, para a faixa etária de 15 a 24 anos, tem crescido, independentemente do sexo ou da região de moradia (Gráfico 2). Entre jovens do sexo masculino, essa proporção foi de 70,7% em 2002, com destaque para a região Sudeste, com quase 80%. Enquanto o crescimento dessa proporção, nos últimos 12 anos, foi de 17% para o Brasil, na Região Sudeste o crescimento foi de 25%.

Gráfico 2

Proporção de óbitos na faixa de 15 a 24 anos, por causa natural e violenta, Brasil

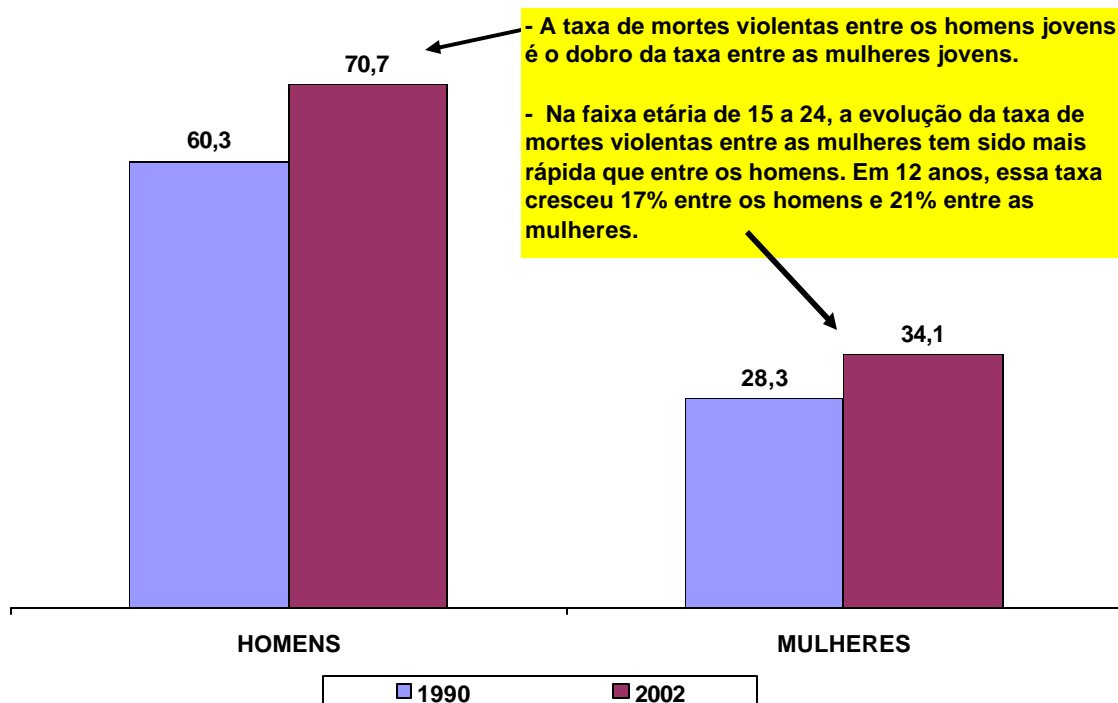


Fonte: IBGE - Estatísticas do Registro Civil 2002.

A proporção de mortes por violência no total de óbitos entre os homens jovens (15 a 24 anos) é o dobro da proporção entre as mulheres da mesma faixa etária. Porém, as mulheres jovens também estão progressivamente mais vulneráveis. O aumento da proporção de óbitos violentos entre elas foi maior que o aumento entre os homens: entre 1990 e 2002 passou de 28,3% para 34,1%. No caso das mulheres, a violência se destaca na Região Sul, juntamente com a Região Sudeste. O maior aumento da proporção de óbitos por violência contra as mulheres foi observado na Região Norte, com incremento de 44% entre 1990 e 2002.

**Gráfico 3**

*Evolução do % de óbitos violentos no total de óbitos na faixa de 15 a 24 anos, Brasil*



Entre as crianças de até 14 anos, o número de mortes violentas no Brasil mantém-se estável desde 1999 (embora pesquisas recentes em algumas regiões metropolitanas pareçam indicar aumento). Ainda assim, em 2002, pelo menos 6.500 crianças morreram vítimas de violência no Brasil. Isso representa uma taxa de 13 mortes violentas a cada 100 mil crianças de 0 a 14 anos. Nessa faixa deve-se levar em conta a subnotificação de óbitos, problema reconhecido pelos órgãos oficiais de estatísticas e especialmente localizado nas Regiões Norte e Nordeste.

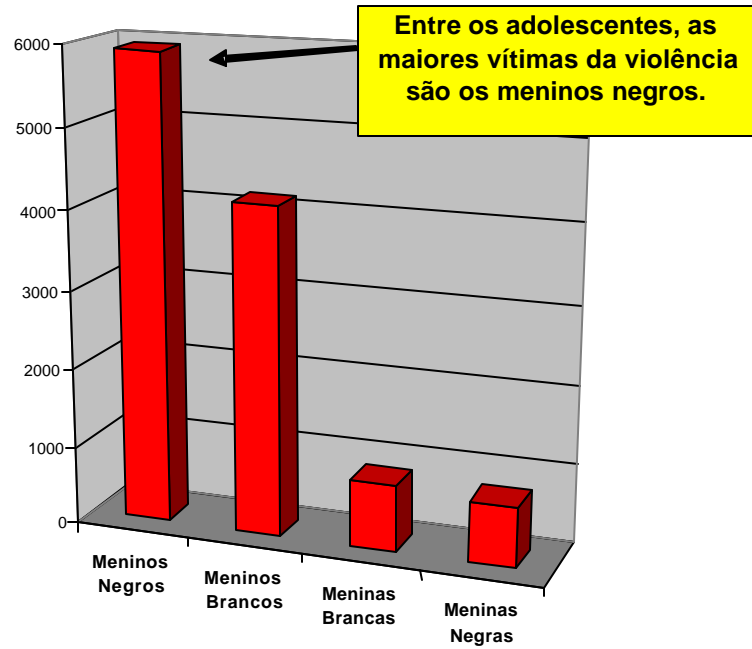
No recorte racial da violência, dados do Ministério da Saúde para adolescentes de 12 a 19 anos revelam que os garotos negros são mais vitimados pela violência. Em 2002, 5.903 adolescentes negros nessa faixa etária foram vítimas de suicídio, homicídio e acidentes de trânsito. O número entre os adolescentes brancos foi de 4.200<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> O total do número de mortes violentas segundo o Ministério da Saúde difere do número total do IBGE pela classificação dos tipos de mortes violentas.



**Gráfico 4**

**Número de óbitos na faixa etária de 12 a 19 anos, por homicídio, suicídio ou acidente de trânsito, por raça/cor e sexo, Brasil, 2002**



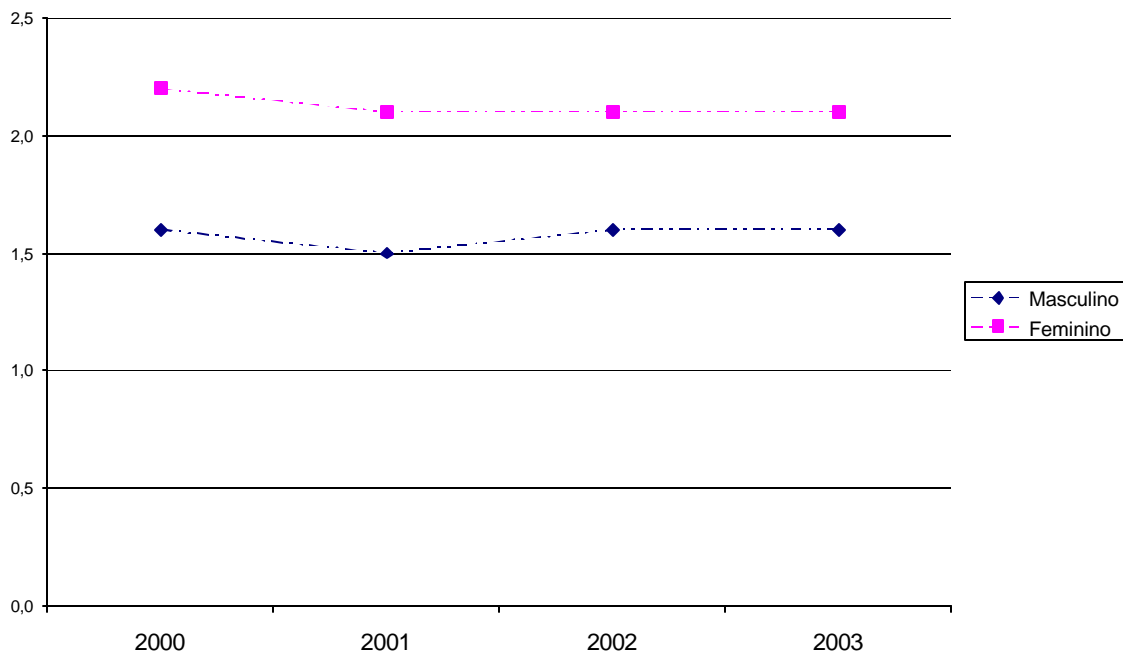
Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações de Mortalidade.

## A epidemia do HIV/Aids

A taxa de incidência de casos de AIDS tem sido, nos últimos anos, significativamente maior entre as meninas adolescentes (13 a 19 anos) do que entre os meninos da mesma faixa de idade. Conforme mostra o Gráfico 1, em 2003 a taxa de incidência (por 100 mil habitantes) foi de 1,6 para os meninos, quando para as meninas era de 2,1 no mesmo ano.

**Gráfico 1**

Taxa de incidência (por 100 mil hab.) por AIDS na faixa de 13 a 19 anos, por sexo e ano de diagnóstico, Brasil



Fonte: Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS, Boletim Epidemiológico.

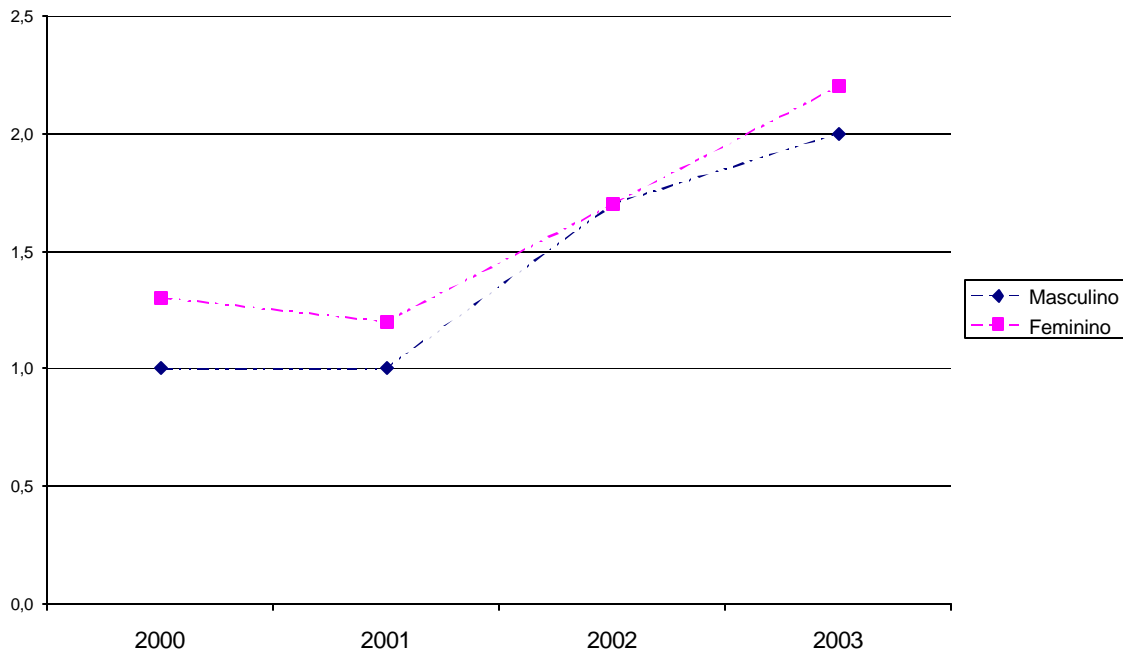
Entre as crianças de 5 a 12 anos, observa-se crescimento no número de casos. Esse crescimento explica-se por três motivos: pelo aumento do número de mulheres infectadas; pela comunicação tardia de casos de transmissão vertical (a infecção pelo HIV/Aids durante a gravidez, o parto ou o aleitamento materno); pelo aperfeiçoamento no sistema de notificação no País (que passou a captar melhor os casos de HIV/Aids).

De 1998 a 2003, o número de casos de AIDS notificados entre crianças de 5 a 12 anos faixa etária praticamente dobrou, passando de 309 para 588. O Gráfico 2 mostra a taxa de incidência (por 100 mil habitantes), segundo o sexo da criança. Observa-se que a evolução entre as meninas tem sido mais acentuada que entre os meninos.

Há ainda casos de crianças de 5 a 12 anos que são notificados quando suas mães ficam novamente grávidas e são, finalmente, testadas durante o pré-natal. Em casos de HIV positivo, o sistema de saúde deve orientar as mulheres a buscar a testagem de seus filhos e parceiros.

**Gráfico 2**

Taxa de incidência (por 100 mil hab.) por AIDS na faixa de 5 a 12 anos, por sexo e ano de diagnóstico, Brasil



Fonte: Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS, Boletim Epidemiológico.

O aumento na testagem de mulheres grávidas pode ser a principal explicação para a redução do número de casos de AIDS por transmissão vertical, segundo dados do Ministério da Saúde<sup>6</sup>. Entre 1998 e 2003, a quantidade de casos passou de 1.033 para 519.

O declínio de 50% em 5 anos, apresentado no gráfico 3, acontece principalmente entre crianças menores de 1 ano. O recorte por idade dos casos de HIV/Aids está apresentado nas colunas de percentual da Tabela 1.

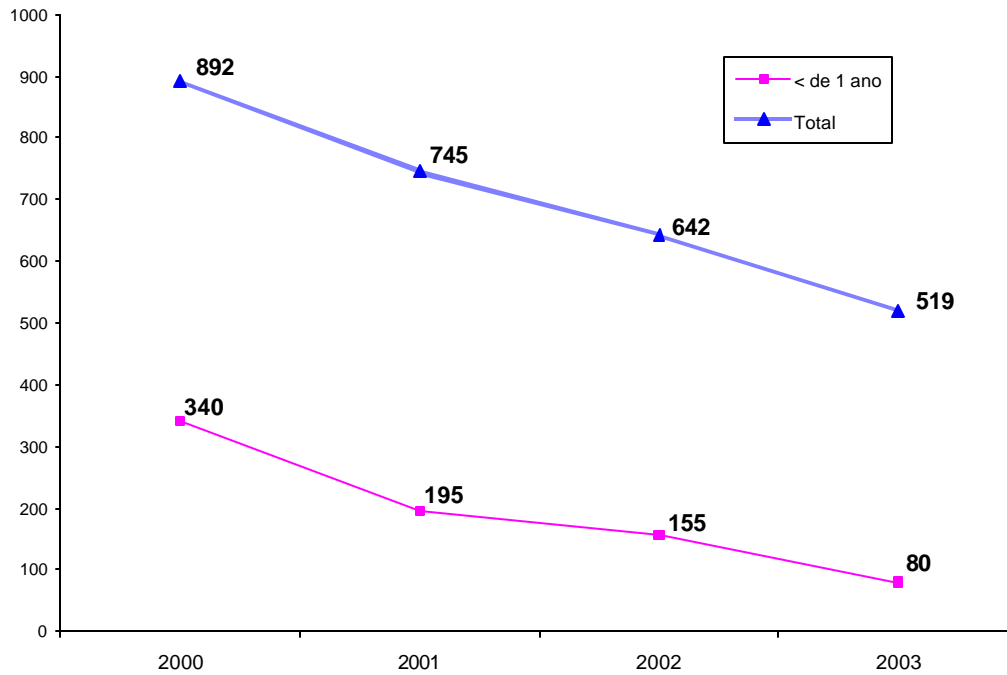
A queda no número de casos de crianças traz perspectivas positivas ao País. Indica o sucesso da institucionalização em número cada vez maior de maternidades do protocolo ACTG, que estabelece formas de tratamento para mulheres gestantes. O procedimento aumenta a expectativa de vida das

<sup>6</sup> Ano XVIII nº 01- 01ª à 26ª semanas epidemiológicas - janeiro a junho de 2004 - ISSN 1517 1159, disponível na página [www.aids.gov.br/final/dados/BOLETIM2.pdf](http://www.aids.gov.br/final/dados/BOLETIM2.pdf). A comparabilidade é recomendada a partir de 1998, considerando que houve, em 1998, uma mudança na definição de casos de AIDS, tornando-a mais abrangente e, conseqüentemente, aumentando o número de notificações.

crianças com o HIV, mas também sinaliza uma tendência de redução da taxa de infecção no País para próximo de zero.

**Gráfico 3**

**Casos de AIDS por transmissão vertical, por idade e ano de diagnóstico, Brasil, 2000 a 2003**



Fonte: Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS, Boletim Epidemiológico.

**Tabela 1: Casos de AIDS (número e percentual) na categoria de exposição Transmissão Vertical, segundo idade por ano de diagnóstico. Brasil, 1998 a 2003\***

Idade	1998		1999		2000		2001		2002		2003	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
< de 1 ano	414	40,1	363	37,6	340	38,1	195	26,2	155	24,1	80	15,4
1	215	20,8	157	16,3	135	15,1	110	14,8	81	12,6	66	12,7
2	120	11,6	142	14,7	107	12,0	97	13,0	86	13,4	93	17,9
3	79	7,6	99	10,3	81	9,1	82	11,0	79	12,3	65	12,5
4	59	5,7	57	5,9	57	6,4	70	9,4	51	7,9	52	10,0
5	47	4,5	42	4,4	58	6,5	53	7,1	44	6,9	44	8,5
6	31	3,0	26	2,7	39	4,4	32	4,3	27	4,2	29	5,6
7	21	2,0	24	2,5	27	3,0	38	5,1	29	4,5	27	5,2
8	15	1,5	20	2,1	14	1,6	20	2,7	26	4,0	19	3,7
9	10	1,0	14	1,5	14	1,6	16	2,1	17	2,6	8	1,5
10	11	1,1	6	0,6	9	1,0	8	1,1	16	2,5	8	1,5
11	6	0,6	5	0,5	4	0,4	7	0,9	6	0,9	9	1,7
12	3	0,3	7	0,7	4	0,4	7	0,9	9	1,4	6	1,2
13	2	0,2	1	0,1	2	0,2	6	0,8	7	1,1	4	0,8
> de 13 anos	2	0,2	3	0,3	3	0,3	10	1,3	16	2,5	13	2,5
<b>Total</b>	<b>1033</b>	<b>100,0</b>	<b>965</b>	<b>100,0</b>	<b>892</b>	<b>100,0</b>	<b>745</b>	<b>100,0</b>	<b>642</b>	<b>100,0</b>	<b>519</b>	<b>100,0</b>

\* Casos notificados no SINAN e registrados no SISCEL até 30/06/2004.

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – SINAN, PN DST e AIDS.

Os dados acima foram reproduzidos da Tabela VII do Boletim Epidemiológico de DST e AIDS - Ano XVIII nº 01- 01ª à 26ª semanas epidemiológicas - janeiro a junho de 2004 - ISSN 1517 1159, disponível na página [www.aids.gov.br/final/dados/BOLETIM2.pdf](http://www.aids.gov.br/final/dados/BOLETIM2.pdf)